

**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

**DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURIDADE IV**

GABRIELA OLIVEIRA FREITAS

JOSÉ RICARDO CAETANO COSTA

ROGERIO LUIZ NERY DA SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade IV [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Gabriela Oliveira Freitas; José Ricardo Caetano Costa; Rogerio Luiz Nery Da Silva. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-820-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos Sociais. 3. Políticas públicas e seguridade. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE IV

Apresentação

O CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito tem se dedicado por anos à promoção da cultura jurídica, pelo estímulo à produção intelectual científica no direito, notadamente pela organização cada vez mais profissional de encontros e congressos acadêmicos, que se iniciaram marcando espaço na cultura jurídica por sua ambiciosa e arrojada amplitude de âmbito nacional, até ali pouco desafiada por grandes empreendedores educacionais, mais marcadamente em perfil informativo. O Conpedi, desta forma, marca a história dos congressos jurídicos por inaugurar o modal científico, com apresentação e defesa de trabalhos em nível stricto sensu, como meta de habilitação à publicação científica no Brasil. Em 2014, o Conpedi ousou mais uma vez, lançando seu primeiro "Encontro de internacionalização", que foi sediado em Barcelona (Espanha). De lá para cá, foram muitos encontros internacionais (Madri-ES, Baltimore-US, Oñati-ES, São Jose-CR, Montevideo-UR, Braga-PT, Valência-ES), somente interrompidos pelo surto pandêmico. Mesmo durante aquele duro período de isolamento social, o Conpedi soube se adaptar para enfrentar as adversidades e se reinventar, inaugurando os encontros jurídicos virtuais, operados no modal "on line" para possibilitar garantir a continuidade da atividade científica nacional, manter vivos e estimulados pelo contato profissional os milhares de pesquisadores brasileiros, o que se deu com absoluta regularidade e elevado padrão de qualidade. Passada essa época de triste memória, o Conpedi retoma, com força total - sua atividade de promoção da pesquisa científico-acadêmica jurídica, promovendo os Congresso Nacional de Camboriú e o Encontro Internacional de Santiago do Chile, já em 2022. Agora, em 2023, mantendo sua força, vigor e regularidade, nos traz o Encontro Internacional de Buenos Aires. Como professores doutores dedicados à pesquisa científica, desfrutamos da especial honraria de coordenar os trabalhos de avaliação, seleção dos textos candidatos à apresentação e submissão aos debates críticos para a habilitação à publicação como artigos científicos ou capítulos dos anais do Encontro Internacional de Buenos Aires, no Grupo de Trabalho de direitos Sociais, Políticas Públicas e Seguridade IV.

Nessas grandes áreas, pudemos acompanhar apresentações de excelente nível, distribuídas por: 1) DIREITOS SOCIAIS, pelos debates para a concretização da cidadania entre as concepções de mínimo existencial e de reserva do possível; a “Senexão” no direito à convivência familiar das pessoas idosas; a garantia do direito à educação por meio das políticas educacionais da última década; o sistema de acolhimento de crianças e adolescentes

na parceria família-escola; a proteção ao trabalho subordinado à luz das teorias críticas dos direitos humanos; a crítica à limitação ao acesso ao direito de ofertar novos cursos de medicina, a partir de teorias de regulação econômica e da Teoria dos Sistemas de Luhmann; e o acesso aos direitos sociais pelos povos indígenas no Brasil e Argentina. 2) POLÍTICAS PÚBLICAS, com o controle da corrupção mediado pelo compliance; a avaliação de políticas públicas a partir da accountability; a proposta de uma política de aplicação da proteção às testemunhas às vítimas de violência doméstica e de proteção do trabalho; a política pública de "escolas em tempo integral" como garantia do bem estar social; o papel da arte e da cultura, a inclusão social de grupos marginalizados; a política redistributiva "Escritório Social" para a reinserção de egressos do sistema prisional no estado da Paraíba; a ideia de cidadania energética pelo acesso à luz e energia elétrica no campo; e a ideia de restauração com base na teoria de Maturana, como política de justiça restaurativa juvenil. 3) SEGURIDADE, com a evolução da pensão por morte; a garantia da saúde como direito humano fundamental, com projeções sistêmicas e a atenção das políticas de saúde no cuidado com a população LGBTQIA+.

A partir da riqueza das vivências e pesquisas teóricas e empíricas que transitaram por nosso Grupo de Trabalho, convidamos a todos desfrutarem dessas leituras.

Professora-doutora GABRIELA OLIVEIRA FREITAS - Universidade FUMEC (Belo Horizonte - MG)

Professor-doutor JOSÉ RICARDO CAETANO - Universidade do Rio Grande (Rio Grande - RS)

Professor-doutor ROGÉRIO LUIZ NERY DA SILVA - Visiting Scholar na Cátedra Robert Alexy de Filosofia do Direito, na Christian-Albrecht Universität (Kiel - Alemanha)

ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE 2012 ATÉ 2022.

ACCESS TO SOCIAL RIGHTS: ANALYSIS OF EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES FROM 2012 TO 2022.

Fátima Cristina Santoro Gerstenberger ¹

Isabella Franco Guerra ²

Otto Guilherme Gerstenberger Junior ³

Resumo

A investigação aborda o acesso aos direitos fundamentais da educação e a efetividade dos programas públicos educacionais no país durante o período de 2012 a 2022. A pesquisa é justificada pela necessidade de aprofundar o estudo dessa temática, com ênfase na sua abrangência e impacto social na realidade dos cidadãos. O estudo possui uma abordagem interdisciplinar, englobando as áreas das ciências econômicas, do direito, da educação e da sociologia, com especial atenção à consciência social e à sustentabilidade. O objetivo central fora fornecer uma visão macro e técnica de todos os elementos que influenciam o desenvolvimento do segmento de empresas de educação superior. Para alcançar esse propósito, o estudo realizou uma abrangente revisão de literatura específica, trazendo à tona dados e análises relevantes para o tema. A relação entre as empresas de educação superior e o direito é de extrema relevância no contexto estudado. O direito desempenha um papel fundamental na regulamentação e supervisão das atividades empresariais, garantindo a qualidade da educação, a proteção dos estudantes e a preservação dos interesses da sociedade como um todo. O direito também engloba a legislação sobre acesso à educação e políticas de inclusão, o que é particularmente relevante no contexto socioeconômico estudado. A criação de programas de financiamento estudantil, como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos), é uma iniciativa jurídica voltada para possibilitar o acesso ao ensino superior por parte de estudantes de baixa renda, contribuindo assim para a redução de desigualdades sociais.

Palavras-chave: Direitos fundamentais, Desenvolvimento socioeconômico, Interdisciplinaridade, Direito educacional, Inclusão educacional

¹ Pós-Doutora em Direito - USC. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais- UMSA. Mestre em Ensino da Saúde e do Ambiente - UNIPLI. Advogada. Professora Permanente do PPGD – UNESA.

² Doutora em Direito - UNESA. Mestre em Direito - PUC RJ. Integra o quadro docente permanente do PPGD - UNESA. Professora do Curso de Direito - PUC RJ.

³ Pós-Doutorando – PPGDIN/UFF. Doutor em Psicanálise, Saúde e Sociedade - UVA. Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente - UNIPLI. Graduado em Ciências Econômicas-ESUDA. Professor - UVA.

Abstract/Resumen/Résumé

The investigation addresses access to fundamental education rights and the effectiveness of public educational programs in the country during the period from 2012 to 2022. The research is justified by the need to delve into the study of this theme, with an emphasis on its scope and social impact on citizens' reality. The study adopts an interdisciplinary approach, encompassing the fields of economics, law, education, and sociology, with special attention to social awareness and sustainability. The central objective is to provide a macro and technical view of all the elements influencing the development of the higher education sector. To achieve this purpose, the study conducted a comprehensive review of specific literature, bringing forth relevant data and analyses for the theme. The relationship between higher education institutions and the law is of utmost relevance in the studied context. The law plays a fundamental role in regulating and supervising business activities, ensuring the quality of education, student protection, and preservation of societal interests as a whole. The legal framework also includes legislation regarding access to education and inclusion policies, which is particularly relevant in the socio-economic context under study. The establishment of student financing programs, such as FIES (Student Financing Fund) and PROUNI (University for All Program), is a legal initiative aimed at enabling access to higher education for low-income students, thus contributing to the reduction of social inequalities.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Fundamental rights, Socioeconomic development, Interdisciplinarity, Educational law, Educational inclusion

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação científica é voltada para o estudo sobre a influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional, no período de 2012 - 2022.

O contexto da educação superior no Brasil tem sido objeto de estudo e debate na atualidade, com interesse direto dos cidadãos.

Importante destacar que são estudadas legislações vinculadas às empresas de educação superior no país e os seus impactos sociais, como: a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei nº 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, a Lei nº 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI e a Lei 14.375/22, a que autorizou a renegociação de débitos de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em contratos firmados até o segundo semestre de 2017, dentre outras. Conjuntamente são analisados os efeitos sociais, econômicos e empresariais das respectivas legislações sobre a população brasileira.

No que tange a estrutura do texto científico, no segundo capítulo é apresentada uma revisão de literatura sobre o tema do estudo, ou seja, sobre a influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional entre os anos de 2012 e 2022. São apresentados trechos da revisão de literatura que tratam sobre o FIES e o PROUNI, sua criação, alterações e impacto no acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. Também são abordados dados relacionados ao crescimento dos programas e o aumento do número de estudantes beneficiados.

Já no terceiro capítulo, é realizada análise e discussão dos dados apresentados na revisão de literatura, relacionando-os com o objetivo do estudo. São destacados os principais fatores de influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional, com base nos dados apresentados anteriormente. Além disso, são mencionados eventos econômicos e sociais que ocorreram durante o período analisado, como a recessão econômica, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e a pandemia da COVID-19, e seus impactos no setor de educação superior.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa. É informado o método utilizado, que é uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, e a justificativa para a escolha do período de estudo. São destacados os efeitos das crises econômicas e da pandemia nas empresas de educação superior do país, além da resiliência do setor durante

momentos desafiadores. Também são abordados dados pertinentes para a investigação científica, como a concentração de matrículas na rede privada, o crescimento da modalidade EAD e a queda das matrículas presenciais.

Deste modo, em sequência, no quinto capítulo, das considerações finais, são apresentadas as conclusões do estudo, relacionadas aos objetivos da investigação. Nestes termos, a estrutura do artigo científico apresentado segue uma sequência lógica e clara, fornecendo informações valiosas sobre o tema da pesquisa e seus resultados. As referências aos dados e à literatura revisada são fundamentais para a fundamentação dos argumentos apresentados e para a validade do estudo.

1.1 O Problema

1.1.1 Contextualização do problema

Atualmente, no Brasil, o setor da educação possui diversas grandes empresas listadas na Bolsa de Valores oficial do país, a B3. São empresas que possuem milhares de alunos, valores vultuosos de mercado, além de acionista e distribuição de dividendos. Diante desta realidade, é possível refletir, discutir e investigar aspectos socialmente pertinentes, como a efetiva qualidade da educação e os efeitos socioeconômicos sobre a população brasileira, na presente conjuntura.

1.1.2 Formulação do problema

O problema da presente pesquisa configura a pergunta que pretende ser respondida: quais foram os principais fatores de influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional, no período de 2012 – 2022?

1.1.3 Objetivo principal

O objetivo principal da investigação científica é a resolução do problema da pesquisa, sendo respectivamente identificar os principais fatores de influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional, no período de 2012 – 2022.

1.1.4 Objetivo secundário

O objetivo secundário do presente trabalho é reconhecer o contexto geral das empresas de educação superior, e os seus respectivos efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

1.2 Justificativa da Proposta

A investigação justifica-se pela indispensabilidade de estudo sobre a temática, assim como sua abrangência e a influência social, resultantes da atual realidade social vivida pelos cidadãos. Em relação ao devido aspecto interdisciplinar, a investigação científica abrange as áreas das ciências econômicas, do direito, da administração de empresas, da educação e da sociologia, tendo preocupações com a consciência social e a sustentabilidade.

Assim, o exame deve ser considerado de importância para a academia, especialmente para os estudiosos do tema, agregando a esses uma visão mais macro e técnica de todos os elementos que influenciam no desenvolvimento do segmento, além de realizar abrangente revisão de literatura específica.

1.3 Metodologia

A presente pesquisa qualitativa trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório. Segundo Creswell (2010, p.296), entende-se por pesquisa todo o processo que envolve as questões e os procedimentos que se destacam; os dados coletados no nicho do participante; a análise dos dados indutivamente construídos a partir das particularidades e as interpretações realizadas pelo autor acerca do significado dos dados coletados.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, sendo o pesquisador o instrumento fundamental.

O termo grego *Méthodos* é composto pelas palavras “Meta” e “hódos”, possíveis de serem traduzidas interpretativamente como caminho através do qual se faz ciência.(BAILLY, EGGER, SÉCHAN, CHANTRAINE, 1950, p.2230).

A metodologia adotada pode ser sintetizada em pesquisa bibliográfica descritiva e documental, de forma a possibilitar o entendimento e a interferência na realidade investigada.

No que se refere à pesquisa bibliográfica descritiva, cumpre salientar que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, tais como livros e artigos científicos, e que pesquisas

descritivas são realizadas com o intuito de descrever as características do fenômeno. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Outrossim, perfaz destacar que a pesquisa documental analisa documentos como dados governamentais, relatórios e publicações de órgãos públicos e privados. Nesse caso, as informações são fontes primárias.

Bauer e Gaskell (2017, p.17) elucidam que a pesquisa qualitativa tende a evitar ser centrada em números, e sim lidar com interpretações das realidades sociais. Em relação às fontes do trabalho são analisadas legislações e jurisprudências de origens nacional e estrangeira, assim como doutrina, através de livros e artigos científicos nacionais e estrangeiros.

1.4 Delimitação do Estudo

A partir da busca pela análise, compreensão e elucidação do respectivo tema e de suas vicissitudes, o presente trabalho delimita claramente o assunto tratado. O espaço temporal de 10 (dez) anos, entre os anos de 2012 e 2022 também representa um recorte metodológico, adequado para realização de pesquisa científica aprofundada.

2 DA REVISÃO DE LITERATURA

A democratização da educação adquiriu centralidade na agenda das políticas públicas dos Estados, nos programas dos organismos multilaterais e nos movimentos sociais de diferentes matizes e de distintas partes do mundo. A meta mais relevante dessa agenda é a expansão da escolaridade da população em geral. Desde meados do século passado, a teoria do capital humano e a teoria residual do desenvolvimento postulavam a importância da educação como fator decisivo do desenvolvimento econômico.

A origem do ensino superior no Brasil é recente se comparada com as antigas universidades europeias ou, até mesmo, com as universidades da América Hispânica. Procedendo a um levantamento histórico da constituição da Educação Superior no Brasil, Martins (2020) deixa explícito que, até a Proclamação da república, em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, obedecendo ao modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas. Esse fato não mudou muito nos anos subsequentes, visto que não houve mudanças significativas no formato do sistema. Nesse sentido, pode-se afirmar que o sistema foi-se criando extremamente elitista, o que se refletia no atendimento de parcela

mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados e com instituições, na sua maioria, privadas. A criação das universidades e a expansão pela via privada que acompanhou o crescimento do ensino superior no Brasil não foram capazes de reduzir o déficit de atendimento. Dessa forma, chega-se, ao final da década de 1990, com um atendimento deficitário. As novas demandas globais e as orientações dos organismos internacionais para a educação superior foram determinantes para que o Brasil adotasse políticas expansionistas com foco na oferta e complementadas com políticas de equidade com o objetivo de corrigir as deficiências históricas apresentadas nesse nível educacional. Várias iniciativas foram tomadas nos últimos governos para aumentar a cobertura da Educação Superior no País, entre elas, a educação à distância que passou a ser uma estratégia fulcral para contribuir para a transição do sistema de elite para um sistema de massa.

Cabral Neto e Castro(2014) evidenciam que o Brasil vem experimentando um processo de expansão da Educação Superior, utilizando-se da estratégia de educação à distância e incrementando a participação do setor privado na oferta de vagas. Vários marcos normativos deram suporte às políticas para a Educação Superior, entre eles, destaca-se: a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases (LDB), que possibilitou a diversificação da oferta e aprovou a utilização da educação à distância, e o Plano Nacional de Educação (2001-2010) que propunha, nas suas metas para a Educação Superior, o provimento da cobertura em pelo menos 30% de jovens na idade de 18 a 24 anos. Essas orientações possibilitaram a implantação de programas governamentais de indução da expansão, favoreceram a organização do sistema de Educação Superior.

Criado em 1999 por Medida Provisória, o Fies foi implementado pela Lei nº 10.260/2001 e alterado pela Lei nº 12.202/2010. O Fies financia o pagamento de 50% a 100% do valor das mensalidades de estudantes em instituições particulares de ensino. Ao longo de sua existência, o Fies passou por várias mudanças com o objetivo de expandir o acesso dos estudantes à educação superior. Um conjunto de mudanças resultou na Lei nº 12.202/2010. As mudanças introduzidas no Fies a partir de 2010 mostraram um expressivo crescimento do número de financiamentos contratados, que alcançaram mais de 660 mil estudantes em 2014. Já o Prouni, criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem como objetivo regular as oportunidades de estudos por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, as quais recebem, em contrapartida, isenção de impostos federais. É direcionado a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas da rede pública de ensino ou ainda que cursaram o ensino médio em escolas da rede particular de ensino como bolsistas integrais (MIRANDA,

AZEVEDO, 2020).

Ao tratar sobre o FIES, é imprescindível discorrer sobre o Novo Fies, conhecido como Fies 2. O Novo FIES foi regulamentado pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017(BRASIL, 2017). Esta lei estabeleceu as novas diretrizes e normas para a concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) nas suas modalidades de financiamento. O Novo FIES foi dividido em três modalidades, cada uma com suas particularidades em relação a juros, taxa de financiamento e renda familiar do estudante: FIES 1: Destinado a estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos. O financiamento é ofertado com juros zero e o pagamento é feito de acordo com a renda do estudante após a conclusão do curso. FIES 2: Oferecido a estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos, com juros variáveis, definidos de acordo com a renda familiar do aluno. P-FIES: Modalidade destinada a estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos. O P-FIES utiliza recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento e, portanto, possui juros e condições definidas pelos agentes financeiros que participam do programa. (BRASIL, 2017)

O FIES, criado em 1999 e implementado pela Lei nº 10.260/2001, passou por diversas mudanças ao longo dos anos para expandir seu alcance. Assim, o presente estudo destaca a Lei nº 12.202/2010 como uma das principais alterações que resultaram em um expressivo crescimento no número de financiamentos contratados, beneficiando milhões de estudantes em 2014. Além disso, a análise aponta a criação do Novo FIES (ou FIES 2) pela Lei nº 13.530/2017(BRASIL, 2017), que estabeleceu novas modalidades de financiamento com diferentes critérios de juros e renda familiar, adaptando o programa às necessidades dos estudantes.

Ainda em relação ao FIES, de acordo com dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2014), o programa registrou um total de 32.741 contratos e, em 2014, 732.243, contabilizando um crescimento de 2.236%. Em 2011, já no governo Dilma Rousseff, cerca de 154mil novos estudantes foram beneficiados, representando um crescimento de 102% em contratações quando comparado a 2010. No ano seguinte, o crescimento chegou a 140% com relação a 2011.Em 2013, o Fundo de Financiamento atendeu a mais de 557 mil estudantes. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, no ano de 2013, das 5.373.450 matrículas realizadas em cursos de graduação das instituições privadas, 1.168.198 correspondiam a estudantes atendidos pelo novo Fies contratos firmados entre 2010 e 2013, o que corresponde a 22% do total. Em 2014, houve 732.243 alunos beneficiados para os cursos de graduação em IES pertencentes a 1.290 entidades mantenedoras com adesão ao Fies. Segundo o Relatório de Gestão do Fies do ano de 2014, dadas as mudanças no Fies,

dentre elas a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), a dispensa da apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, contabilizou-se, em agosto de 2013, a marca de 1 milhão de contratos de financiamento estudantil, dos quais 96% eram estudantes pertencentes às classes C, D e E, com renda familiar mensal bruta de até dez salários mínimos. Um ano depois, em agosto de 2014, já havia 1,9 milhão de novos estudantes beneficiados. O relatório destaca que até os cursos com mensalidade mais elevadas, como Medicina (41.345 beneficiados) e Engenharia (338.248 beneficiados), seguiram essa tendência inclusiva (BRASIL, 2014).

De acordo com Carvalho (2013), do total de bolsistas do Prouni no primeiro trimestre de 2013, 56% estudavam em instituições privadas com fins lucrativos e 44% em instituições privadas sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias ou filantrópicas). Nota-se essa generosidade no crescimento do número de bolsas do Prouni nos oito anos do governo Lula e nos quatro primeiros anos do governo Dilma Rousseff.

Por sua vez, o PROUNI, instituído em 2005 pela Lei nº 11.096, concede bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas, com contrapartida de isenção de impostos federais para essas instituições.

Pertinente ressaltar que o período temporal do estudo fora escolhido, por conta de englobar uma série de fenômenos sociais, econômicos e sanitários. Entre os anos de 2015 e 2016 o país passou uma grave recessão econômica. O PIB retrocedeu nestes anos respectivamente 3,5% e 3,3%. Em 2015, o retrocesso decorreu fundamentalmente de um declínio de 14,1% do investimento e de 5% do consumo global da economia. A taxa de desemprego no quarto trimestre atingiu a cifra de 8,5%, depois de situar-se no patamar de 6,8% em 2014. Em 2016, os investimentos declinaram 10,2% e o consumo das famílias 4,2% e o gasto do governo 0,6%. No último trimestre deste ano, a taxa de desemprego foi de 11,5% (CORSI, 2018).

O período contemplou cumulativamente o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, em 2016, a realização de eventos esportivos internacionais de grande porte no país, como a Copa do Mundo da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos de Verão (2016), e a identificação da gravíssima doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave SARS-CoV-2, em 2019.

Somente para exemplificação dos efeitos socioeconômicos, conforme chamam a atenção Pereira e Rodrigues (2021), a pandemia da covid-19 no Brasil derrubou o Produto Interno Bruto (PIB), que registrou uma queda de 4,1% em 2020, segundo os dados divulgados

nesta quarta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Deste modo, é devido destacar que os fenômenos econômicos supracitados tiveram efeito sobre as empresas de educação superior do país, tendo por consequências mudanças e transformações.

Entretanto, é factível afirmar que o setor da educação fora resiliente, pois, em 2020, ano pandêmico, mais de 8,6 milhões de matrículas foram registradas pelo Censo da Educação Superior, sendo 1,2 milhão de concluintes. Além disso, 3,7 milhões de estudantes ingressaram em um curso de graduação nesse ano. O levantamento constatou, ainda, que 323.376 professores atuaram no nível educacional em 2020. A pesquisa revelou que havia 2.457 instituições de educação superior no Brasil, na data de referência do censo. Dessas, 2.153 (87,6%) são privadas e 304 (12,4%), públicas (INEP, 2021). Segundo Broch, Breschiliare e Barbosa-Rinaldi (2020), as instituições privadas registraram 3,2 milhões de ingressantes, o que corresponde a 86% do total.

Desta forma, apesar dos desafios econômicos e sociais enfrentados, o setor de educação superior demonstrou resiliência ao registrar um elevado número de matrículas e novos ingressantes em cursos de graduação. A modalidade de ensino a distância (EAD) tem apresentado crescimento constante, refletindo uma tendência de maior flexibilidade e acessibilidade educacional.

Ademais, sobre dados pertinentes para a investigação científica, cumpre informar que tanto nas instituições de ensino superior públicas como nas privadas, a maior parte dos alunos é proveniente do ensino médio público. No caso do ensino superior privado, 68,5% dos alunos vieram do ensino médio público e 31,5% do privado. Já nas instituições de ensino superior público, 60,1% veio do ensino médio público; e 39,9% do ensino médio privado (PEDUZZI).

Outra disparidade do ensino superior nacional é a concentração de matrículas na rede privada. São 75,8% das matrículas em instituições de ensino superior privadas. Em relação às modalidades presencial e EAD, apesar da queda da primeira e o crescimento da última ao longo dos últimos anos, 71,5% dos alunos matriculados estão nos cursos presenciais. Em relação às matrículas presenciais e EAD, o setor do ensino superior segue a tendência apontada nos últimos anos, com queda do número de estudantes nos cursos presenciais e aumento de estudantes na modalidade EAD. 74,8% das IES do país são de pequeno porte, sendo que, na rede privada, esse percentual é de 79,9%. Apesar de concentrarem a maior parte das matrículas do país, as IES com mais de 20 mil alunos matriculados representam apenas 4,8% do número de instituições do país, sendo a representatividade delas maior na rede pública, 17,8% (contra apenas 3,1% das IES da rede privada) (INSTITUTO SEMESP).

A evolução dos polos EAD segue a tendência de crescimento das matrículas na modalidade. De 2020 para 2021, houve aumento de 14,0% dos polos EAD, com concentração na rede privada, que detém 93,6% das matrículas da modalidade no país. As áreas com maior número de matrículas na rede privada são Negócios, Administração e Direito, Saúde e Bem-Estar e Serviços. A rede pública só domina as matrículas nas áreas de Ciências Naturais, Matemática e Estatística e Programas Básicos. As matrículas presenciais têm registrado queda desde 2016. Em 2019, elas caíram 3,8%, com decréscimo mais acentuado ainda na rede privada (5,8%). Apesar da diminuição dos alunos, a rede privada ainda detém a maioria das matrículas nos cursos presenciais (68,8%). Em 2019, 71,5% das matrículas do ensino superior brasileiro estavam na modalidade presencial. Em 2018, esse percentual era de 75,7%. Apesar da queda de 3,8% no número das matrículas presenciais, o número de cursos ofertados pelas IES na modalidade continua subindo, crescendo 3,1% de 2018 para 2019. O acréscimo desse número na rede privada foi de 3,8%, mesmo com a queda de 5,8% das matrículas no mesmo período ((DE AZEVEDO, Alexandre Ramos; CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf, 2021).

Entretanto, é devido relatar que o uso da modalidade à distância no ensino superior brasileiro é bastante recente. Após a aprovação da Lei nº 9.394/96 – LDB, iniciativas de regulação foram efetuadas, entre elas, o Decreto nº 2.494 e a Portaria nº 301, ambos de 1998; o setor, porém, só começou a apresentar sinais de crescimento significativo a partir de 2003. A expansão da modalidade da EAD em cursos de graduação ocorre, principalmente, por meio de uma política de indução do governo federal, com a criação da Universidade Aberta do Brasil, em 2006, considerada uma importante estratégia governamental de expansão da Educação superior pela modalidade EAD e por uma política de financiamento para a iniciativa privada como o PROUNI (CASTRO, ARAÚJO, 2018).

Um ponto relevante de análise é a concentração de matrículas na rede privada, que representa a maioria do ensino superior brasileiro. A análise dos dados mostra que a maior parte dos alunos provém do ensino médio público, indicando que os programas como FIES e PROUNI têm cumprido seu papel ao proporcionar oportunidades educacionais para estudantes de baixa renda que concluíram o ensino médio na rede pública.

Assim, a revisão de literatura apresentada fornece informações valiosas sobre o papel do FIES e PROUNI na ampliação do acesso à educação superior no Brasil. Esses programas têm impactado positivamente a vida de milhões de estudantes de baixa renda, promovendo a inclusão e o desenvolvimento socioeconômico do país.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em consideração os dados apresentados, examinados e presentes na revisão de literatura, é cabível sustentar que a influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional entre os anos de 2012 e 2022 foi significativa e multifacetada.

Entre os anos de 2012 e 2022, houve uma expansão notável do setor de educação superior privada no Brasil, impulsionada por programas como o FIES e o PROUNI, que permitiram o acesso de um número maior de estudantes de baixa renda ao ensino superior em instituições particulares.

Durante o período, que corresponde ao recorte temporal metodológico desta investigação científica, a influência das empresas de educação superior este presente em aspectos objetivos como:

1. Acesso e inclusão social: As empresas de educação superior desempenharam um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior no país. Com o aumento de bolsas de estudo pelo PROUNI e as possibilidades de financiamento através do FIES, milhões de estudantes de baixa renda puderam ingressar em cursos de graduação privados. Isso contribuiu para uma maior inclusão social, permitindo que jovens de diversas origens socioeconômicas tivessem a oportunidade de obter uma formação acadêmica de qualidade.
2. Geração de empregos e estímulo econômico: O crescimento das instituições de educação superior privadas também gerou empregos em diversas áreas, desde professores e administradores até pessoal de apoio técnico e serviços gerais. Além disso, essas empresas impulsionaram a economia por meio de investimentos em infraestrutura educacional, tecnologia, materiais didáticos e outros recursos necessários para o funcionamento das instituições.
3. Desenvolvimento regional: A presença de instituições de educação superior privadas em diferentes regiões do país teve um impacto positivo no desenvolvimento regional. A abertura de campi e polos de ensino à distância em cidades menores e regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos ajudou a descentralizar o acesso à educação superior. Isso estimulou a economia local e atraiu estudantes de outras localidades, contribuindo para o crescimento dessas regiões.
4. Inovação e pesquisa: Algumas empresas de educação superior também investiram em programas de pesquisa e inovação, colaborando com a produção de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias. Isso não apenas beneficiou os próprios estudantes e docentes, mas também trouxe avanços para setores específicos e para a economia como um todo.
5. Formação de capital humano: A educação superior é um dos principais fatores para a formação de capital humano em uma sociedade. O aumento do número de

graduados em diversas áreas do conhecimento contribuiu para a qualificação da força de trabalho do país, tornando-o mais competitivo no cenário global e fomentando o desenvolvimento socioeconômico ao longo prazo.

Ademais, a importância da Educação Superior é tão evidente, que, conforme demonstrado por Gramani, os próprios professores que possuem formação superior e Pós-Graduação geram efeito potencializado sobre o desenvolvimento econômico, uma vez que sua influência sobre os determinantes da Educação e sobre a formação dos alunos é maior. A Educação, além de gerar os efeitos de longo prazo sobre a renda futura dos alunos, gera efeito potencial de curto prazo sobre a qualidade socioeconômica dos municípios (GRAMANI, 2017).

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa teve como objetivo investigar a influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional no período de 2012 a 2022. O estudo abrangeu diversas áreas, como economia, direito, administração de empresas, educação e sociologia, com ênfase em consciência social e sustentabilidade.

O problema central abordado pela pesquisa foi identificar os principais fatores de influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico do país nesse período. Além disso, buscou-se reconhecer o contexto geral das empresas de educação superior e seus efeitos no mercado de trabalho brasileiro.

A justificativa para a pesquisa se deu pela relevância de responder aos desafios da realidade social atual e aprofundar o estudo sobre esse tema. A análise das legislações relacionadas às empresas de educação superior no país, como a Lei nº 9.394/1996, Lei nº 10.260/2001, Lei nº 11.096/2005 e Lei 14.375/22, entre outras, permitiu compreender os impactos sociais e econômicos sobre a população brasileira.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo descritiva e exploratória. Uma revisão abrangente de literatura, incluindo documentos legais, dados governamentais e artigos acadêmicos nacionais e internacionais, fundamentou a análise.

O período de estudo, de 2012 a 2022, foi escolhido por englobar eventos significativos que influenciaram a sociedade brasileira, como a recessão econômica, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, eventos esportivos internacionais e a pandemia da COVID-19. Esses eventos também tiveram impactos no setor de educação superior.

Os resultados apontaram os efeitos das crises econômicas e da pandemia nas empresas de educação superior do país. A queda do PIB em 2020, por exemplo, afetou significativamente diversos setores, incluindo a educação.

A pesquisa contribuiu fornecendo informações valiosas para a comunidade acadêmica e científica nacional, proporcionando uma compreensão mais abrangente da relação complexa entre as empresas de educação superior e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Os resultados obtidos têm potencial para orientar futuras decisões e formulação de políticas no setor de educação superior.

Em relação a resolução do problema da pesquisa, com base na revisão de literatura apresentada, é possível apontar alguns fatores de influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional no período de 2012 a 2022: Expansão do Acesso à Educação Superior: As mudanças no Fies e a criação do Prouni contribuíram para aumentar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior em instituições privadas. Esse aumento no acesso à educação superior pode impactar positivamente o desenvolvimento socioeconômico ao proporcionar maior qualificação da mão de obra e potencializar a inovação e o desenvolvimento científico; Impacto na Economia: O crescimento do número de matrículas e a presença de empresas de educação superior na modalidade EAD contribuíram para impulsionar a economia do setor educacional. A criação de novos cursos e polos EAD gerou empregos e investimentos, especialmente no setor privado; Democratização da Educação: O Prouni e as modalidades do Fies voltadas para estudantes de baixa renda possibilitaram que um maior número de pessoas, especialmente aquelas provenientes do ensino médio público, tivessem acesso à educação superior, contribuindo para uma maior democratização do conhecimento e do acesso a oportunidades; Resiliência do Setor em Cenários Desafiadores: O setor de educação superior mostrou resiliência mesmo diante de desafios como a recessão econômica e a pandemia da COVID-19. A capacidade de adaptação e de oferta de cursos na modalidade EAD permitiu que o setor continuasse ativo e contribuísse para a formação de profissionais em momentos críticos; Impacto na Desigualdade Social: O Prouni e o Fies direcionados a estudantes de baixa renda podem contribuir para reduzir a desigualdade social ao proporcionar oportunidades educacionais a grupos que antes tinham acesso limitado à educação superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, é devido destacar que o objetivo principal foi atingido ao abordar as mudanças e transformações ocorridas no setor da educação superior durante o período analisado. Foram identificadas as modificações no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e no Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como o impacto dessas políticas no acesso à educação superior para estudantes de baixa renda e as consequências socioeconômicas resultantes dessas ações.

O objetivo secundário também foi alcançado por meio da análise da expansão do acesso à educação superior proporcionada pelo Fies e pelo Prouni, que pode impactar o mercado de trabalho ao fornecer mão de obra mais qualificada. Além disso, foram abordados os efeitos econômicos do setor de educação superior, como a contribuição para a economia do país e a geração de empregos na modalidade de ensino a distância (EAD).

Portanto, a revisão de literatura permitiu cumprir os objetivos propostos na investigação científica, fornecendo informações relevantes sobre o papel das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional e seu impacto no mercado de trabalho brasileiro.

Ainda com base também na discussão e análise dos dados apresentados, pode-se concluir que a influência das empresas de educação superior no desenvolvimento socioeconômico nacional entre os anos de 2012 e 2022 foi de fato significativa e multifacetada. Durante esse período, programas como o FIES e o PROUNI desempenharam um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, contribuindo para a inclusão social e a formação de capital humano.

A expansão do setor de educação superior privada foi notável, impulsionada pelas oportunidades de bolsas de estudo e financiamentos oferecidos pelos programas governamentais. Isso permitiu que milhões de estudantes de baixa renda tivessem acesso a cursos de graduação em instituições particulares, reduzindo a desigualdade de oportunidades educacionais no país.

Assim, a expansão da Educação Superior no Brasil pós LDB nº 9.394/96 ocorre pela imbricação ou superposição do setor privado em detrimento do setor público nesse processo híbrido, mas altamente tendencioso ou direcionado para a utilização de financiamento do Estado como meio para a satisfação dos interesses do capital. Nesse sentido, mesmo que tenha sido observado um amplo crescimento da Educação Superior pública, concomitantemente se constata um aumento das instituições privadas bem superior ao da rede pública, principalmente

com investimento público no setor privado, desobrigando o Estado, cada vez mais, de suas funções sociais e da sua opção pela educação como bem público (Castro, Alda et al., 2018).

Ante o exposto, as empresas de educação superior tiveram um impacto positivo na economia, gerando empregos em diversos setores e estimulando investimentos em infraestrutura e tecnologia. A presença de instituições de ensino em diferentes regiões do país também contribuiu para o desenvolvimento regional, descentralizando o acesso à educação e impulsionando a economia local.

REFERÊNCIAS

- Bailly A, Egger É, Séchan L, Chantraine P. Dictionaire: Grec-Français: Rédigé avec le concours de E. Egger. 16. éd. revue par L. Séchan et P. Chantraine. Paris: Éditeur Hachette, 1950. 2230 p.
- Bauer MW, Gaskel G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 2017, p.17.
- Brasil. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país, 2003-2014. Brasília, DF: MEC [Internet]. 2014 [acesso em 25 ago 2022]; 106p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>
- Brasil. Presidência da República. Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, entre muitas outras, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil; 2017 [acesso em 10 mar 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm
- Broch C, Breschiliare FCT, Barbosa-Rinaldi IP. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. Avaliação [Internet]. 2020 [acesso em 4 mai 2023]; 25(2): 257-274. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200002>
- Cabral, A Neto, Castro AMDA. Educação Superior no Brasil: os contraditórios caminhos da expansão pós-LDB. In: Brzezinski, I, organizator. LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez Editora; 2014.
- Carvalho, CHA. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. Rev Bras. Educ [Internet]. 2013 [acesso em 6 set 2017]; 18(54): 761-801. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>
- Castro AMDA, Araujo NV-CG. Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação. Rbpae [Internet]. 2018 [acesso em 23 jul 2023]; 34(1): 189-209. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.80574>
- CASTRO, ALDA; ARAÚJO, MARIA DUARTE; ARAÚJO, NATANIEL DA VERA-CRUZ GONÇALVES. Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 34, n. 1, p. 189-209, 2018.
- Corsi, FL. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015- 2018). Perspectivas: Rev Ci. Sociais [Internet]. 2018 [acesso em 5 ago 2022]; 52: 29-46. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13231/8717>
- Creswell JW. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed; 2010. 296 p.
- Dias, J Sobrinho. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação. [Internet]. 2013 [acesso em 20 jul 2023]; 18(1): 107-126. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>

DE AZEVEDO, Alexandre Ramos; CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. A educação superior pública na modalidade a distância no Brasil. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 38-38, 2021.

Gramani MC. Análise dos determinantes de eficiência educacional do estado do Ceará. Ensaio: aval. pol. públ. educ., [Internet]. 2017 [acesso em 25 jan 2023]; 25(95): 507-526. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017002500811>

Instituto Semesp. Mapa do Ensino Superior: 13. ed. [Internet]. São Paulo, SP: SEMESP; 2023 [acesso 3 mar 2023]. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

Martins, ACP. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cir. Bras. [Internet]. 2020 [acesso em 5 dez 2022]; 17 (suppl. 3): 4-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>

Miranda PR, Azevedo MLN de. Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil? Educ. Form. [Internet]. 2020 [acesso em 10 mar 2023]; 5(3): 1421. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.1421>

Peduzzi P. Mapa do ensino superior aponta para maioria feminina e branca. Agência Brasil [Internet]. 21 mai 2020 [acesso em 26 jul 2023]; Educação [7 telas]. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>

Pereira HS, Rodrigues, FS. Efeitos da pandemia de covid19 no IDH do Brasil. In: Anais do V Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação [Internet]; 2021 [acesso em 8 fev 2023]; 5(1), 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/14350/9563>